

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

**LEIS PENAIS E
PROCESSUAIS PENAIS
COMENTADAS** **vol.1**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 16.03.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 8ª edição.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

1236628

N876L

Nucci, Guilherme de Souza, 1963-

Leis penais e processuais penais comentadas / Guilherme de Souza Nucci. - 15. ed. - Rio de Janeiro : Forense, 2023.

(Leis penais e processuais penais comentadas : 1)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-687-6

1. Direito penal - Brasil. 2. Processo penal - Brasil. I. Título. II. Série.

23-82880

CDU: 343.1(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

Abuso de Autoridade

Lei 13.869, de 5 de setembro de 2019 – Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei n.º 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei n.º 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei n.º 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) (<i>arts. 1.º a 45</i>).....	1
---	---

Ação Penal Originária

Lei 8.038, de 28 de maio de 1990 – Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal (<i>arts. 1º a 12; 19 a 25 e 30 a 44</i>).....	55
---	----

Atribuições da Polícia Federal

Lei 10.446, de 8 de maio de 2002 – Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1.º do art. 144 da Constituição (<i>arts. 1.º e 2.º</i>).....	75
--	----

Biossegurança

Lei 11.105, de 24 de março de 2005 – Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1.º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10 e 16 da Lei 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências (<i>arts. 24 a 29</i>).....	83
---	----

Combustíveis

Lei 8.176, de 8 de fevereiro de 1991 – Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis (<i>arts. 1º a 6º</i>)	93
--	----

Computador

Lei 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências (<i>arts. 12 a 16</i>)	101
---	-----

Consumidor

Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (<i>arts. 61 a 80 e 119</i>)	109
---	-----

Contravenções Penais

Decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais (<i>arts. 1º a 72</i>)	129
---	-----

Crimes Eleitorais

Lei 4.737, de 15 de julho de 1965 – Institui o Código Eleitoral (<i>arts. 283 a 364</i>)	207
---	-----

Lei 6.091, de 15 de agosto de 1974 – Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências (<i>art. 11</i>)	270
--	-----

Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990 – Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências (<i>art. 25</i>)	275
--	-----

Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Estabelece normas para as eleições (<i>arts. 33, 34, 35, 39, 40, 68, 72, 87 e 90</i>)	276
---	-----

Discriminação de Gravidez

Lei 9.029, de 13 de abril de 1995 – Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências (<i>arts. 1º a 6º</i>)	287
--	-----

Discriminação de Portadores de HIV

Lei 12.984, de 2 de junho de 2014 – Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS (<i>arts. 1º e 2º</i>)	291
--	-----

Discriminação Racial

Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (<i>arts. 1º a 22</i>)	297
---	-----

Drogas

Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso	
---	--

indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências (<i>arts. 1.º a 75</i>).....	353
Estatuto da Pessoa Idosa	
Lei 10.741, de 1.º de outubro de 2003 – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências (<i>arts. 1.º a 7.º; 93 a 109 e 118</i>).....	505
Falência	
Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária (<i>arts. 1.ª a 4.ª; 168 a 188; 192; 200 e 201</i>)	531
Genocídio	
Lei 2.889, de 1.º de outubro de 1956 – Define e pune o crime de genocídio (<i>arts. 1.º a 7.º</i>)	567
Hediondos	
Lei 8.072, de 25 de julho de 1990 – Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5.º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências (<i>arts. 1.º a 13</i>).....	577
Identificação Criminal	
Lei 12.037, de 1.º de outubro de 2009 – Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5.º, inciso LVIII, da Constituição Federal (<i>arts. 1.º a 9.º</i>)	607
Interceptação Telefônica	
Lei 9.296, de 24 de julho de 1996 – Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5.º da Constituição Federal (<i>arts. 1.º a 12</i>).....	621
Investigação Criminal Conduzida por Delegado de Polícia	
Lei 12.830, de 20 de junho de 2013 – Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia (<i>arts. 1.º a 4.º</i>).....	661
Lei Geral da Copa	
Lei 12.663, de 5 de junho de 2012 – Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970 (<i>arts. 30 a 36</i>).....	667
Lei Henry Borel	
Lei 14.344, de 24 de maio de 2022 – Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente,	

nos termos do § 8.º do art. 226 e do § 4.º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis n.ºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências (arts. 1.º a 27; 33 e 34)..... 675

Locação de Imóveis Urbanos

Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991 – Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes (arts. 43 e 44) 699

Ordem Tributária, Econômica e Relações de Consumo

Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990 – Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências (arts. 1.º a 23) 707

Pessoa com Deficiência

Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências (arts. 1.º e 8.º; 19 e 20) 763

Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (arts. 88 a 91) 768

Propriedade Industrial

Lei 9.279, de 14 de maio de 1996 – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial (arts. 183 a 210)..... 775

Proteção a Vítimas e Testemunhas (Delação Premiada)

Lei 9.807, de 13 de julho de 1999 – Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal (arts. 1.º a 21)..... 823

Sigilo Financeiro

Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001 – Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências (arts. 10 a 13)..... 841

Terrorismo

Lei 13.260, de 16 de março de 2016 – Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5.º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis n.ºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013 (<i>arts. 1.º a 20</i>)	849
---	-----

Torcedor

Lei 10.671, de 15 de maio de 2003 – Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências (<i>arts. 41-B a 41-G; e 45</i>).....	875
---	-----

Transplantes

Lei 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 – Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências (<i>arts. 14 a 20</i>).....	891
---	-----

Violência Doméstica

Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8.º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (<i>arts. 1.º a 46</i>).....	913
---	-----

Referências Bibliográficas	971
---	-----

Índice Remissivo	987
-------------------------------	-----

Obras do Autor	999
-----------------------------	-----

GUILHERME DE SOUZA NUCCI

**LEIS PENAIS E
PROCESSUAIS PENAIS
COMENTADAS** **vol. 2**

 revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 16.03.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 8ª edição.
- Capa: Fabricio Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

1236628

N876L

Nucci, Guilherme de Souza, 1963

Leis penais e processuais penais comentadas / Guilherme de Souza Nucci. – 15. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

(Leis penais e processuais penais comentadas; 2)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-714-9

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. I. Série.

23-83037

CDU: 343.1(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

Armas

- Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003** – Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências (*arts. 1.º a 37*) 1

Colegiado em Organização Criminosa

- Lei 12.694, de 24 de julho de 2012** – Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas (...) e dá outras providências (*arts. 1.º a 2.º e 10*) 83

Criança e Adolescente

- Lei 8.069, de 13 de julho de 1990** – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências (*arts. 1.º e 2.º; 225 a 244-B; 262 e 263; 266 e 267*).... 93

Crimes contra a Economia Popular

- Lei 1.521, de 26 de dezembro de 1951** – Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular (*arts. 1.º a 34*)..... 155

Disque-denúncia

- Lei 13.608, de 10 de janeiro de 2018** – Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4.º da Lei n.º 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins (*arts. 1.º a 6.º*)..... 177

Escuta Especializada

- Lei 13.431, de 4 de abril de 2017** – Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) (*arts. 1.º a 29*) 181

Estatuto da Advocacia

- Lei 8.906, de 4 de julho de 1994** – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (*arts. 7.º-B e 86*) 207

Execução Penal

- Lei 7.210, de 11 de julho de 1984** – Institui a Lei de Execução Penal (*arts. 1.º a 204*) ... 209

Índio

- Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973** – Dispõe sobre o Estatuto do Índio (*arts. 56 a 59 e 68*) 487

Juizados Especiais Criminais – JECRIM

- Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995** – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (*arts. 1.º e 2.º; 60 a 97*) 497

Lavagem de Capitais

- Lei 9.613, de 3 de março de 1998** – Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências (*arts. 1.º a 18*) 565

Meio Ambiente

- Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998** – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências (*arts. 1.º a 82*) 601

Mercado de Capitais

- Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976** – Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários (*arts. 27-C a 27-F; 34 e 35*)... 719

Migração

- Lei 13.445, de 24 de maio de 2017** – Institui a Lei de Migração (*arts. 1.º a 36; 46 a 62; 81 a 105; 115; 121 a 125*) 731

Organização Criminosa

Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013 – Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências (*arts. 1.º a 23 e 27*) 769

Presídio Federal

Lei 11.671, de 8 de maio de 2008 – Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências (*arts. 1.º a 12*)..... 851

Prisão Temporária

Lei 7.960, de 21 de dezembro de 1989 – Dispõe sobre prisão temporária (*arts. 1.º a 7.º*) 863

Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores

Decreto-lei 201, de 27 de fevereiro de 1967 – Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências (*arts. 1.º a 9.º*) 881

Serviços de Telecomunicações

Lei 9.472, de 16 de julho de 1997 – Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n.º 8, de 1995 (*arts. 183 a 185 e 216*)..... 911

Sistema Financeiro

Lei 7.492, de 16 de junho de 1986 – Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências (*arts. 1.º a 35*) 919

Tortura

Lei 9.455, de 7 de abril de 1997 – Define os crimes de tortura e dá outras providências (*arts. 1.º a 4.º*) 969

Tráfico de Pessoas

Lei 13.344, de 6 de outubro de 2016 – Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) (*arts. 1.º a 17*) 987

Trânsito

Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro (arts. 291 a 312-B; 340 e 341).....	1009
Referências Bibliográficas.....	1051
Índice Remissivo.....	1065
Obras do Autor.....	1081